



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA**

SIMONE NUNES DE BRITO

**A FAMÍLIA CAMPONESA E O TRABALHO NA INFÂNCIA: Uma Incursão
Bibliográfica**

CASTANHAL

2020

SIMONE NUNES DE BRITO

**A FAMÍLIA CAMPONESA E O TRABALHO NA INFÂNCIA: Uma Incursão
Bibliográfica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus de Castanhal, como requisito para a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz

CASTANHAL

2020

SIMONE NUNES DE BRITO

**A FAMÍLIA CAMPONESA E O TRABALHO NA INFÂNCIA: Uma Incursão
Bibliográfica**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Carlos Renilton Freitas Cruz - UFPA (Orientador)
Doutor em Educação

Prof. Dr. João Batista Santiago Ramos - UFPA (Examinador)
Doutor em Filosofia

Prof. Dr^a. Eula Regina Lima Nascimento– UFPA (Examinadora)
Doutora em Educação

Castanhal: ____ de _____ de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus e Nossa Senhora, por ter me concedido a dádiva da vida, por tudo que tenho, por tudo que sou, pela minha família e por estar concluindo meu curso.

Ao professor e orientador Renilton Cruz, por todos os momentos de aprendizado e pela amizade.

A minha inestimável mãe Vergilina, que mesmo estando longe sempre me incentivou, e nunca deixou de acreditar na minha capacidade.

Ao meu amado esposo Gecivaldo por todo carinho amor dedicação compreensão em todos os momentos da nossa vida, por acreditar em mim sempre.

Ao meu amado filho Gutierre Garcia, razão maior da minha existência, inspiração que me ajudou a conquistar meus objetivos.

A minha amada filha Ingrid, razão maior da minha existência companheira das noites de estudo, obrigada por ter me ajudado em todos os momentos em que necessitei;

A todos os colegas e colegas da minha turma 2016, que apesar de não ser unida, em algum momento contribuíram para a minha formação, em especial minhas queridas amigas Jane e Liliane, pela amizade, companheirismo, por todos os momentos que passamos juntas durante os anos de faculdade.

Aos funcionários e Docentes da instituição em especial a professora Eula Regina e Renilton Cruz, pelos quais tenho muita admiração, aos amigos e amigas do PIBID E GETECAM, muito obrigada por ter compartilhado tantas aprendizagens e experiências comigo.

DEDICATÓRIA

Dedico a minha querida mãe, por sempre acreditar que eu concluiria o ensino superior, por essa razão sempre lutei para realizar esse sonho, nos momentos de tristeza, preocupação, desânimo reerguia-me para dar esse orgulho a minha mãe. Dedico também a meu esposo e meus amados filhos.

RESUMO

Tal estudo busca elucidar as contestações entre o trabalho dominante e o trabalho ontológico, visto que quando se retrata a evolução humana em um panorama histórico há um embate entre dominação e libertação, portanto, um corrompe o ser enquanto o outro socializa o próprio. É com essa percepção de socialização primária que a família camponesa assume a responsabilidade de educar ao inserir o trabalho ontológico em seus ofícios. Ponderando tal revisão, conclui-se que o trabalho dominador estabelece a depreciação da realidade e o estranhamento entre os indivíduos, diferentemente do trabalho formador na infância, o qual possui capacidade de socializar e educar a criança, mas também prepará-la para uma realidade reconhecida. Esta pesquisa baseou-se no cálculo exemplar qualitativo, o qual foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, característico de uma pesquisa descritiva.

Palavras-chave: Trabalho. Camponês. Educação. Infância.

ABSTRACT

This study seeks to elucidate the disputes between dominant work and ontological work, since when human evolution is portrayed in a historical panorama there is a clash between domination and liberation, therefore, one corrupts the being while the other socializes one's own. It is with this perception of primary socialization that the peasant family assumes the responsibility of educating by inserting ontological work in their offices. Considering this review, it is concluded that the domineering work establishes the depreciation of reality and the strangeness among individuals, unlike the formation work in childhood, which has the capacity to socialize and educate the child, but also prepare it for a recognized reality. This research was based on the qualitative exemplary calculation, which was carried out from a bibliographic review, characteristic of a descriptive research.

Keywords: Work. Peasant. Education. Childhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I: A AMBIVALÊNCIA DO TRABALHO: ENTRE A LIBERTAÇÃO E A DOMINAÇÃO.	10
2.1. Sentido do trabalho e sua historicidade.....	10
2.2. O trabalho como categoria ontológica: Libertação	13
2.3. Dominação do trabalho no capitalismo	16
2.4. Trabalho no meio rural contemporâneo: como a relação se dá no mundo rural, do agronegócio e agricultura familiar.	21
CAPÍTULO II: FAMÍLIA, INFÂNCIA E TRABALHO NO MEIO RURAL	26
3.1. Família como instituição social.....	26
3.2. Família camponesa como unidade social e produtiva	28
3.3. A criança como sujeito social pleno e de direito.....	30
3.4. A infância do campo e o trabalho como processo formativo	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERENCIAL TEÓRICO.	39

1. INTRODUÇÃO

A investigação a ser abordada, relata o duplo sentido concernente ao trabalho e suas mudanças em determinado tempo e espaço. A história da humanidade, quando retrata a evolução do ser humano evidencia a necessidade do agir para sobreviver, esse constante progresso foi e é possível pelo desenvolvimento do trabalho, visto que é por meio do próprio, em sua concretude hodierna que o indivíduo dotado de sapiência adquire sua consciência social. Assim, Marx (1985) afirma que, independentemente da forma como o trabalho é realizado, alienador ou humanizante há uma condição de sobrevivência do homem mediante a relação; homem e natureza. Com base nessa acepção, o trabalho - toda ação que se é desenvolvida - está intrínseca ao indivíduo desde os primórdios.

Com o permear dos séculos o sujeito passou a exercer domínio sob o sistema laboral, bem como a propriedade; marco da desigualdade social. Classifica-se, pois, o dominador/dominado, a partir de então o indivíduo rompeu o consentimento de conjunto (SAVIANE, 2007). Elucida-se, porquanto, a dinâmica laboral em sua dupla vertente, o trabalho dominante, bem como o trabalho ontológico. Em primeira análise, o primeiro sustenta-se sob os pilares da alienação e mais valia cujos valorizam a produção de mercadorias e valores de troca. Essa configuração depreciadora ressalta uma reclusão do desenvolvimento coletivo e constrói a ideia de estranhamento e inconsciência igualitária, na qual ambos desconhecem o sentido formador. Logo, concretizam a dominação, e estabelece a invisibilidade daqueles sujeitos ao capitalismo.

Ariès (2005) enfatiza que nesse mesmo espaço histórico a criança não possui nenhuma identidade, quanto um ser digno com direitos e deveres, exercendo qualquer atividade que lhe é ordenada e equiparando-a a um adulto. Esse olhar negligente é reconhecido mais tarde como exploração infantil. Partindo para a apreciação do trabalho na infância, é de conhecimento que por muito tempo a criança não possuiu o status de um ser social. No Brasil, foi somente com a Constituição Federal de 1988 que o menor adquiriu o tratamento como sujeito social pleno e de direito.

Em outra síntese, o trabalho ontológico insere-se no meio camponês como caráter de sobrevivência e sinônimo de educação, uma vez que compartilha de conhecimentos e vínculos solidários entre família/comunidade de geração em geração, tal prática estabelece as relações tradicionais e culturais, as quais o infante reconhece a sua origem e identidade, mas também a ética e a moral (SHANIN, 2005). Nessa perspectiva, o senso pedagógico é inserido junto ao

labor, preparando concretamente as habilidades dos próprios e garantindo a socialização primária da criança em prol da coletividade.

Coexistente a isso, o estudo apresentado, possui o escopo de averiguar a dubiedade do trabalho, uma vez que, o mesmo demonstra-se ora dominador, ora libertador. Para orientar esse estudo, algumas questões foram elaboradas para o entendimento objetivo da pesquisa: como se dá a dominação capitalista no processo de trabalho? Como as classes sociais relacionam-se com o processo de produção? Em que condições as famílias se envolvem com o trabalho? Como as famílias camponesas veem essa relação da infância com o trabalho? Como a família compreende o papel do trabalho no processo de socialização das crianças?

Diante do exposto, é eficiente a discussão a respeito do trabalho e seu dúbio sentido, mas também o olhar da família camponesa sobre a relação da criança com o labor, pois tal investigação demonstra ampla importância e vinculação para a coletividade social. Haja vista, essa contribuição servirá para futuras pesquisas sobre o tema tratado, devido ao aprofundamento proporcionado no âmbito escolar e a abordagem monográfica. Desse modo, propicia uma envoltura maior com a temática, bem como contribui com a minha formação.

Para a concretude desta pesquisa, primeiramente realizou-se uma limitação acerca do tema, consecutivamente fez-se o uso da bibliografia para subsidiar o trabalho. Do ponto de vista metodológico, quanto à abordagem do problema de pesquisa, o estudo foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica, devido ao cenário epidemiológico (COVID-19), no qual ainda estamos imerso e a quarentena que todos foram submetidos, não houve a possibilidade de realizar a pesquisa de campo, visto que o isolamento social impediu a concretude da coleta de dados.

O trabalho de conclusão do curso refere-se a uma revisão bibliográfica. De acordo com Gil (2010, p.29-31) “a pesquisa bibliográfica elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”.

Por conseguinte, na concepção metodológica, o enfoque do impasse de pesquisa, está relacionado à análise de princípio qualitativo. Godoy (1995) assegura que no estudo qualitativo, o principal objetivo do observante procura compreender o estudo a partir de todos os pontos de vista importantes dos envolvidos. Referente ao resultado, a pesquisa é descritiva, conforme Gil (2010) elucida que a própria possui como escopo descrever as particularidades de uma determinada população, acontecimento, ou as relações entre variáveis existentes.

A organização do trabalho inicia-se com os conceitos introdutórios, sobre o tema e o problema, especifica os objetivos gerais e específicos, justifica e utiliza-se da metodologia.

Para tanto, o estudo baseou-se nas concepções dos autores: Marx (1971; 1985), Engels (2004), Saviane (2007), Frigotto (1999), Antunes (2000; 2007), Lessa (2007), Abramovay (2000), Ariès (1978; 2002), Shanin (2005), Sarmiento (2005; 2011), Corsaro (2002, Cruz (2010), Brandão (1999), entre outros. A pesquisa está dividida em dois capítulos temáticos, o primeiro capítulo dá início a uma abordagem histórica do desenvolvimento do sistema laboral, e posteriormente retrata o trabalho dominante/libertador enfatizando suas características. No segundo capítulo, apresenta-se uma fundamentação teórica sobre a família campesina e o trabalho na infância apresentando-a e analisando-a, por fim as considerações finais.

2. A AMBIVALÊNCIA DO TRABALHO: ENTRE A LIBERTAÇÃO E A DOMINAÇÃO.

2.1. Sentido do trabalho e sua historicidade

Para compreender a ambivalência do trabalho, é importante frisar as imbricações que ocorreram no mundo do labor e na vida humana ao longo dos séculos, assim sendo, é necessário fazer uma imersão nos múltiplos episódios e transformações incididas na humanidade que se realizaram no e por meio do trabalho no decorrer evolutivo da sociedade. Verificando-se a seguir, ao longo da história, a afinidade do indivíduo com seu labor, transformando-se de acordo com os episódios e valores evidenciados por cada período social.

Nos primórdios da humanidade a dominação geral da natureza era consentida por todos. O trabalho era realizado de forma coletiva em prol da corporatividade social, todavia com a evolução do cultivo nas comunidades primitivas surgiu a divisão do trabalho, início da apropriação da terra, e conseqüentemente, deixa-se de existir a unidade vigente, e abre espaço para o surgimento da sociedade de classe, a qual Saviani (2007, p. 3), classifica como “a classe dos proprietários e a dos não proprietários”. A partir de então, com o surgimento da propriedade privada surge também o (ócio), bem como “privilégio” do não labor por parte dos proprietários, vivendo, assim, do trabalho de outrem. É nesse cenário elitista composto pelo ócio, que a escola nasce para educar os afortunados que não desejavam educar-se por meio do trabalho.

Saviani (2007) descreve ainda, que na Antiguidade, o trabalho na sociedade de classe permanecia sem importância, e que durante um longo período da história ocidental o trabalho foi visto como uma atividade depreciável à vista da antiga nobreza. Com o avanço de novas formas de trabalho surgem novas relações de poder, configurada pelos que o detinham (os

senhores de escravos) e os próprios escravos, os quais eram obrigados a trabalhar arduamente nas mais diversificadas tarefas. Lembra-nos Hannah Arendt (1995), que nesse mesmo período o trabalho realizado para suprir as necessidades vitais, associava-se a servidão, excluído, dessa forma, o direito à cidadania.

Concomitante a isso, enfatiza-se que na Idade Média, persistia a mesma lógica quanto à forma de educar, porém com um diferencial da antiguidade, visto que já não existe mais o trabalho escravo e sim o servil, quem se educa pelo trabalho são os servos, a nobreza - classe dominante - educa-se em outros espaços. O trabalho era executado, também, por meio da troca de favores estabelecida entre servos e senhorios, a exemplo disso, normalmente os interessados trabalhavam arduamente, a fim de garantir a sua segurança, devido à influência de tais senhores nos estamentos da Idade Média. (SAVIANI, 2007).

Posteriormente, Saviani (1997), afirma que o “Feudalismo foi um sistema social, político e econômico caracterizado pela relação de dependência pessoal entre servos e senhores. Sendo característico da Europa medieval, amadurecendo no século X”. No decorrer dessa transição o trabalho no campo deixa de ser prioridade, visto que a produção artesanal possibilitou o crescimento de uma atividade mercantil que está na origem da constituição do capital.

Assim sendo, o crescimento da riqueza no corpo social tomava força através do gerenciamento do trabalho, mais adiante, em meados do século XVIII, ainda na Idade Moderna, toma-se vigor a Primeira Revolução Industrial; passos iniciais do capitalismo e resultado da ordem trabalhista, analisada anteriormente. A partir de tal século, o trabalho passou a ser visto como uma atividade “digna”. Dessa forma, Organista elucida [...] o trabalho tem seu *status* revertido, ou seja, é no momento em que o capitalismo começa a se impor como modo hegemônico de produção que o trabalho passa a ser revestido do sentido que lhe confere sua dupla face: direito e dever. (2006, p. 29).

Além disso, as problemáticas decorrentes da Primeira Revolução Industrial, a exemplo das desigualdades sociais intrínsecas na divisão social do trabalho, a sociologia provém com a finalidade de resolvê-las. Em questão, o sistema laboral gerenciado de forma inóspita, foi propulsor de uma deficiência, no que concerne aos direitos individuais, devido ao descaso com os operários, bem como a ineficiência de fiscalizações nesses espaços. Assim, ao ocultarem a consciência de classe; forma de exploração de trabalho, o conceito estabelecido futuramente como “alienação”, por Marx (1971), realiza-se de modo a estigmatizar essas e outras problemáticas laborais.

Dessa maneira, o Capitalismo; sistema econômico vigente, o qual gera riqueza por meio da produção em massa de mercadorias, obteve ou mesmo obtém uma estrutura adaptável à política ao longo do tempo, visto que a dinamicidade de tal sistema apoia-se na produção de lucros, escopo da capitalização. Para tanto, a linha produtiva depende da participação de proletários direta ou indiretamente, ainda que em tempos atuais a tecnologia tornou-se primordial no desempenho de uma determinada indústria, a fim de acelerar a produção, consecutivamente o rendimento financeiro. Diante disso, é importante ressaltar a ideia do autor:

[...] Todo o trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo o trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob a forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso. (MARX, 1971, p. 54).

As distintas formas de elaboração, no que concerne ao labor, realiza-se presente segundo o estudo do autor acima, estratificado em duas concepções de trabalho, aludindo como exemplo, o complemento entre riqueza e mercadoria. Primeiramente, a discussão voltada à mercadoria como procedimento utilitário, ou seja, antes de gerar seu preço deve-se gerar o conceito primário de sua devida utilidade. Consecutivamente, é retratado sob o ponto de vista angariador, visto que as distintas formas de riqueza impulsiona a economia, restringindo-se não somente ao desenvolvimento das indústrias, pois incentiva a ampliação, também, do corpo estatal. Neste sentido, Organista elucida que:

A racionalidade econômica separou o homem de sua força de trabalho, ou seja, na tentativa de qualificar, quantificar e sujeitar os trabalhadores aos ritmos intensos de trabalho nas indústrias, a organização científica do trabalho imprimiu um novo sentido ao trabalho. De uma atividade que fazia parte da vida, o trabalho tornou-se o meio de ganhar a vida. O homem não mais possuía sua integralidade, não produzia o que consumia e não consumia o que produzia (ORGANISTA, 2006, p. 29).

Do exposto, compreende-se que, o capital, o trabalho, e a alienação, promoveram a coisificação do mundo, ou seja, torna-o objetivo, consequência disso é a degeneração dos modos do comportamento humano à medida que o operário esgota-se no trabalho. Desse modo, durante o desenvolvimento dos meios de produção, o Estado passou a representar os

interesses das classes dominantes, mantendo, dessa maneira a organização das técnicas, aparatos estes, classificados como infraestrutura condicionada pela economia.

Assim, conseqüentemente surge o desenvolvimento de ideologias, a fim de assegurar o proveito dos donos dos meios de produção. Cruz (2010, p.92) reitera essa ideia quando afirma que, “o trabalho tem aprofundado essa dimensão ambivalente, e as formas de exploração do trabalho alheio em benefício de uma classe de proprietários vêm progressivamente se complexificando”.

Dentro deste cenário Mundial, Frigotto (1999) destaca que, na contemporaneidade, o capitalismo neoliberal atira na inconstância grande parte dos trabalhadores, em que o autor designa por “precariado” gerando assim, vários impactos negativos, dos quais se frisa o desemprego estrutural, advindo do aperfeiçoamento do trabalho. Logo, muitas funções tornaram-se arcaicas e a desestabilidade trabalhista perpetra-se evidente.

Desse modo, essa inovação no preceito laboral, fruto do estímulo à produção no mundo contemporâneo, não se utiliza do potencial oferecido pela globalização para prover de condições dignas à categoria do trabalho, uma vez que nessa plataforma da Nova Ordem Mundial, a estabilidade não é necessária para gerar o trabalho à vista dos capitalistas, os quais visam produzir mais rápido para angariar mais lucros. Entretanto, mesmo tal processo sendo operada com os avanços tecnológicos possibilitando a produção em massa, ainda é fonte de desigualdades sociais, visto que nem sempre os próprios avanços resultam-se positivamente.

Destarte, o desenvolvimento do trabalho durante a realização histórico geográfico, desde seu surgimento até a contemporaneidade, perpassou/perpassa por um processo de mudanças ou mesmo de aperfeiçoamento, permanecendo, deste modo com a mesma finalidade; a produção e a riqueza. Para tanto, Braverman (1987, p. 56) descreve que “o trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano.”. Assim sendo, deve-se ter com clareza que a ideologia de trabalho, não está limitada apenas em sua compreensão acima descrita, pois a classificação, referente à formação cognitiva, dependente dos laços nas comunidades, deve-se a isso o trabalho ontológico.

2.2. O trabalho como categoria ontológica: Libertação

Compreender o trabalho sob a perspectiva de Marx (1971) consiste em um artifício, no qual o homem e a natureza participam, respectivamente, por meio de sua ação e seus recursos naturais, a fim de modificá-los para melhor atender as necessidades da coletividade social.

Desse modo, pode-se afirmar que o trabalho tem uma grande importância para o desenvolvimento da humanidade, pois é ele quem permite aos homens e mulheres; organizados coletivamente, modificarem a natureza e, assim, modificarem a sua própria condição no mundo, transformando-os em construtores de sua história. Nessa perspectiva Marx e Engels, enfatizam que:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a produzir seus meios de vida, [...] Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material (MARX E ENGELS, 1974, p. 19).

Em alusão a fala dos autores, entende-se que o trabalho enquanto categoria ontológica deve ser contemplada como condição básica para sobrevivência, e que o mesmo possui um caráter pedagógico, o qual humaniza o ser humano. Neste sentido Engels (2004, p.13) afirma, enfaticamente, que o trabalho é “a condição básica e fundamental de toda vida humana.” Engels lembra-nos que ao transformar a natureza por meio do trabalho, o homem também é modificado, assim o trabalho surge da necessidade do homem em satisfazer suas necessidades e continuar sobrevivendo.

Em conformidade com essa ideia, Saviani elucida que “no princípio, o homem agia sobre a natureza coletivamente e a educação coincidia com o próprio ato de agir e existir com o trabalho, portanto o ato de viver era o ato de se formar homem, de se educar.” (1991, p.97).

Logo, desde os primórdios da humanidade os homens apropriavam-se dos meios de produção da existência, e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações. Nessa mesma linha de entendimento Marx, enfatiza que o trabalho é evidenciado como elemento central na construção da sociedade, bem como condição de reprodução da vida, “O trabalho humano é a atividade consciente e planejada na qual o seres humanos ao mesmo tempo em que extrai da natureza bens capazes de satisfazer suas necessidades matérias cria as bases de sua realidade sociocultural.” (1985, p. 153).

Nessa perspectiva, pode-se concluir que o trabalho sempre fez parte da vida dos seres humanos, e através dele que as civilizações conseguiram desenvolver e alcançar o nível atual, ou seja, o trabalho é a forma, pela qual o homem se apropria da natureza, a fim de satisfazer suas necessidades. “[...] Quer dizer que enquanto o ser humano trabalha para atender suas necessidades, ao mesmo tempo ele vai construindo a si mesmo, vai ficando mais humano e vai construindo a sociedade onde vive.” (MARX, 1985, p.153). Dessa maneira, o trabalho

como atividade proposital, orientado pela inteligência, incide num produto exclusivo da espécie humana, consecutivamente o trabalho no sentido ontológico possui em si um processo educativo, o qual Saviani enfatiza que:

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1991, p. 21).

Depreende-se que o trabalho é a categoria fundante, essencialmente mediadora, porque é a junção material e escopo entre o ser humano e a natureza, uma vez que intermedia a passagem do ser puramente biológico ao ser social e, com isso, a afirmação da vida especificamente humana, isto é, o trabalho como princípio educativo alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular deixa sua esfera natural e adentra ao campo social. Lukács também parte do mesmo pressuposto de que o trabalho é a ligação entre o ser humano e a natureza, embora em sua concepção esclareça que não acontece o rompimento entre ambas as interfaces.

[...] o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p.82).

Em consonância com Lukács, é possível compreender que é por meio do trabalho que o indivíduo enquanto ser social intervém na natureza realizando dupla finalidade. Nessa perspectiva Lessa, contribui com essa ideia quando ressalta que “o homem, ao agir no dia-a-dia, concomitantemente constrói-se enquanto individualidade e contribui para a reprodução da sociedade, a qual pertence, ao fazê-lo, recebe as consequências de suas ações.” (2002, p. 138).

Deste modo, é compreensivo o entendimento de que ao mesmo tempo em que o homem edifica-se como ser social, paralelamente coopera com a representação da sociedade. Evidencia-se, portanto que o trabalho é o estilo fundante do ser social, como atividade constante e imanente da própria essência humana, bem como elemento impulsionador para a dinâmica da vida em corporação.

Ademais, o trabalho quando realizado de forma desumana perde sua especificidade humanizante e passa a ser uma ação deteriorizadora dos laços, uma vez que sua realização na sociedade prejudica tanto a corporatividade social, quanto o desenvolvimento das atividades,

em prol do bem coletivo, produzindo, dessa maneira, o sistema alienador, inerente ao processo de uma realidade depreciativa, a qual permeia na ampliação da desigualdade dissipada na humanidade.

Entende-se, portanto, que o sistema da mão de obra consistente em nosso âmbito social está devidamente atrelado à vinculação formativa, mas também econômica, pois o próprio sistema trabalhista vigente aperfeiçoou-se, mantendo a concepção de gerar lucros para o sistema capitalista, bem como o sentido ontológico de formação individual, dinamizando a significação do trabalho hodierno.

2.3. Dominação do trabalho no capitalismo

Averigua-se que, o sistema capitalista; Sistema Socioeconômico em que a propriedade privada dos meios de produção pertence a uma classe em contraposição a outra de não proprietários, caracteriza-se a partir de um conceito político pluripartidário, na qual a sociedade é dividida em classes, bem como a economia objetiva o lucro por meio de um mercado “lei da oferta e da procura” Marx (1985). Surge, porquanto, as classes a partir da divisão social do trabalho, oferecida através da apropriação do labor, cuja expressão às formas sociais de organização voltada para o sistema produtivo, a classe dominante/ classe dominada, ou seja, dos labutadores.

A sociedade de classe impulsiona a forma de exploração, sendo esta estratificada em dois modos, a qual Marx (1985) alude, primeiramente, a alienação: estranhamento, devido ao desconhecimento da realidade material, da qual pertence o indivíduo, mas também, formadora de ideias, relacionada aos falsos discursos consistente na inversão da realidade. Ademais, a mais-valia: apropriação da força de trabalho, entendida por absoluta; manuseamento e enriquecimento censurável, relativo às técnicas para produzir.

Depreende-se que, a estrutura da sociedade baseia-se na economia; modo de produção, princípio o qual formaliza o exercício, intrínseca ao trabalho. A classificação da sociedade dominante é laboral, produzindo a concepção do existencialismo, para tanto é importante enfatizar que o âmbito social ideal para Marx consiste em uma sociedade sem classe.

É perceptível mudanças e evoluções no sistema capitalista, concomitante a isso as formas de produção/produtos, também, atrelaram-se à diversidade. Logo, é evidente que as maneiras como o trabalho era/é discutido, mas também exercido, devem-se as estratégias capitalistas. Tal conceito laboral durante os séculos é estratificado em dois sentidos “trabalho não assalariado e assalariado”.

Com a pressão crescente sob as formas de produções, relacionadas à massificação das mercadorias, houve a necessidade de um desenvolvimento de controles no sistema fabris, conseqüentemente a necessidade da mão de obra especializada, facilidades estas, promovidas pelas tecnologias originando o conceito de alienação. A consciência de classe emergente no capitalismo propaga o ideal de autovalorização, conseqüência das manipulações existentes nas formas de exploração laboral, descrita por Marx:

A produção capitalista não é apenas a produção de mercadorias, é essencialmente a produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem que produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (MARX, 1985, p.105).

Segundo o autor é considerado rendável a produção advinda da apropriação ilícita do labor, ou seja, mais-valia, visto que o principal escopo do capital é o enriquecimento através da manipulação. Destarte, a partir da divisão do trabalho que o capitalismo consolidou a exploração do trabalhador pelo capitalista, fazendo aquele se submeter aos interesses deste, e induzindo-o ao trabalhador em uma condição cruel, tratando-o como mercadoria,

Perpetra-se, assim, no trabalho “a negação de seu princípio que é de ser ação criadora na qual o próprio homem se cria, o transformando em acessório da máquina, em função parcial no mecanismo dos meios de trabalho que dominam.” (FISCHER, 1970, p. 28). Dessa forma, após o surgimento do capitalismo tornou-se possível o enraizamento do trabalho em estaturas de duplo sentido, concomitante a isso, a sucessiva dificuldade relacionada às formas de exploração do sistema laboral abstraída, em prol de uma categoria dinâmica cruel e agressiva.

Referente à dinâmica do capitalismo é necessário enfatizar suas estratificações: o qual se inicia com a fase mercantilista ou comercial (Séc. XV ao XVII) fase de acumulação primitiva de capitais, através da Expansão Marítima comercial Europeia na Espanha e Portugal, dinamizando inovações tecnológicas, náuticas e cartográficas, regido sob o sistema político econômico favorável à capitalização de riqueza; conjunto de práticas econômicas das Nações Europeias, Antunes (2007). Tais práticas objetivam o enriquecimento da burguesia, por meio do fortalecimento estatal, em tal grau a economia devia expandir-se, a fim de obter mais lucros, saindo do Feudalismo para o modo de produção capitalista, dessa maneira:

Não raramente, as teorizações acerca do Estado ampliado se articulavam com as teorizações acerca da nova conformação da sociedade, de tal modo

que as teses que anunciava o adeus ao proletariado reforçavam, e eram reforçadas, pelas teses que apregoavam o novo caráter, ampliado, do Estado de bem estar (LESSA, 2007, p. 287).

De acordo com o exposto acima, as distintas teorias que o Estado difundiu no corpo social ao longo dos séculos expandiu-se. Em meio à crescente formação de associações, destaca-se uma nova ideia, a qual o Estado deveria prover o bem-estar para a população. O “adeus ao proletariado” é resultado de uma ruptura com as concepções teóricas antigas e depreciáveis, a fim de garantir transformações revolucionárias nessas camadas. Para um pleno funcionamento do próprio, efetiva-se incontestáveis políticas públicas eficazes, visando reduzir as desigualdades sociais decorrentes do capitalismo nas áreas trabalhistas.

Contrastando o Mercantilismo, o pensador iluminista, Adam Smith (1978) pioneiro do liberalismo econômico, ressalta que o trabalho é a verdadeira fonte de riqueza; produção, visto que seus ideais eram contrários à intervenção estatal, feitor assentado da ideologia propagada pelo sistema mercantil, visto que Smith relaciona o papel do Estado à liberdade, como princípio de obediência à propriedade.

Posteriormente, a segunda fase capitalista: Fase industrial (Séc. XVIII), origina-se por meio da primeira Revolução Industrial, devido às transformações socioeconômicas construídas neste período. Antunes (2007) discorre que a forma de integralização produtiva ao novo sistema econômico incipiente também mudou, consistente em uma sociedade Urbano-industrial, as inovações no meio carbonífero, têxtil, naval, metalúrgico e siderúrgico, passou a ser regido por um sistema político econômico liberal.

Essa mudança produtiva marcou o início do capitalismo industrial (concorrencial e liberal), obrigando os operários a trabalharem, de modo a estandardizar a produção, uma vez que o lucro advém das mercadorias. Logo, a mais-valia embutiu as questões da exploração do trabalho. Surge então, com a ascensão da burguesia, o trabalho assalariado, conceito primeiro para as relações trabalhistas. Para tanto, Lessa e Tonet (2008, p. 99) ressalta que “o salário expressa o quanto custa, para o sistema capitalista, a reprodução da força de trabalho, mas não expressa as reais necessidades humanas de quem está exercendo a função assalariada”.

Em seguida, a terceira fase Capitalista: Fase financeira monopolista (Séc. XIX até 1970) que surge junto com os conglomerados, grandes bancos e corretoras, evidencia o amadurecimento do capitalismo, pois a questão da divisão do trabalho acentuou-se conforme o aumento da produção em série, consequência do sistema político econômico; Keynesianismo, e a substituição do liberalismo. Ao mesmo tempo, a disseminação das indústrias petrolíferas, químicas, e automobilísticas, a partir da segunda revolução industrial.

A ciência e tecnologia eram apropriadas pelo capital, imposta aos interesses industriais com intuito de melhorar o lucro. Foi neste quadro, que a expansão imperialista na Ásia e na África consolidou de vez a divisão do trabalho, consecutivamente a segunda revolução industrial. A este respeito Marx afirma que “a tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação desta tendência é a transformação do meio de trabalho em máquina.” (MARX, 2004, p. 581).

Apesar de Marx mostrar-se como um dos maiores críticos da ideologia do trabalho, é necessário ter o entendimento que sua visão contrária do trabalho está pautada nas condições históricas que se realizou ao longo das décadas, em particular sob a lógica do capitalismo. Dessa maneira, mostra que nesta forma de sociedade o ser humano não produz para atender suas necessidades, mas para a acumulação de bens sob a forma do capitalismo.

Consecutivo ao argumento de Marx destaca-se o conceito do autor Lessa, “O capitalismo continua capitalismo, o proletariado continua o sendo produtor do “conteúdo material da riqueza social” fundante mesmo da sociabilidade burguesa mais desenvolvida e as contradições sociais estão se intensificando a olhos vistos.” (LESSA, 2007, p. 289). Logo, a difusão do capital no âmbito burguês prevalece o próprio, e a imposição de uma necessidade como garantia de tal sistema; a força trabalhista, a qual é imanente à realização do gerenciamento da economia, dissemina as desigualdades categóricas, uma vez que:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

Introduz-se, esse fato no imperialismo econômico - globalização - (Séc. XX) a terceira revolução industrial. O período denominado por Hobsbawm (1995) como “breve século XX”, cujo assistiu a um grande número de mudanças na forma de organizar, produzir e se relacionar em sociedade, é marcado pelo predomínio de indústrias altamente sofisticadas, as quais urgem o uso intensivo da tecnologia e maior qualificação da força de trabalho.

Por meio do Neoliberalismo, proporcionou, a esta medida, a abertura econômica; difusão das inovações, tais como a robótica, telecomunicações e biotecnologia, propagada em uma sociedade em rede. Infere-se, a este ideal, a discussão do autor Antunes (2006, p. 108), “aqueles que partem do estatismo existente no leste para diferenciá-lo do capitalismo

desconsideram que a formação social capitalista, em vários momentos recorreu ao Estado para constituir-se e consolidar-se.”.

Em meados do Século XX, modelos de organizações trabalhistas foram consentidas e intrínsecas nas produções fabris, com a finalidade estrita de oferecer trabalhadores. Inicialmente, o (Taylorismo) é implantado. Tal caracteriza-se pela ênfase nas tarefas, objetivando o aumento da eficiência ao nível operacional, através da seleção de trabalhadores e especialização dos operários, por meio desta, a separação entre trabalho manual e intelectual firmou a divisão do trabalho (ANTUNES, 2006).

Futuramente, um novo modelo é inserido (Fordismo), concedido através da aprimoração do sistema Taylorista. Como feitor de distinção, evidencia-se o aumento do consumo através do aperfeiçoamento das máquinas, organização da linha de montagem e aumento da produção com a redução do tempo produtivo, “produzir em massa, pagar bem os trabalhadores, para que eles possam exercer, também, o papel de consumidores”. [...] trabalho de Henry Ford caracterizou um desses momentos da luta de classes [...] e após a Segunda Guerra, ao lado dos métodos desenvolvidos por F. Taylor, pode abastecer o consumo de massa, (GRAMSCI, 2001).

Assim, o engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) junto ao industrial norte-americano Henry Ford, percussores do desenvolvimento, respectivamente, da administração científica e indústria automobilística, tornaram possíveis as concepções de consumo de massa, bem como a customização crescente dos produtos produzidos, mas também as afrontas das camadas sociais, através da apropriação do trabalho.

Na década de 1970, diante da grave conjuntura vivida pelo capital, o Toyotismo e o neoliberalismo ganhou força e substituiu o Fordismo, nas palavras de Antunes (2000, p. 24) “O Toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em varias partes do capitalismo globalizado.”. Início para as estratégias de produção e consumo, consistentes na flexibilidade dos métodos de produção, desenvolvidas a partir de novas tecnologias e contratos de trabalho.

Nesse cenário Antunes (2005) ressalta que menos do que a tese unívoca da redução do proletariado, estamos presenciando o afloramento de novas e distintas modalidades de trabalho que se esparramam pelo mundo em escala global, reconfigurando e complexificando o mundo do trabalho e sua polissemia. Assim, o resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, alargam as terceirizações, as mediações periódicas e espaciais, conseqüentemente, mudam o modo do capital, metamorfoseando-as. Denomina-se,

pois, um moderno século XXI com acirradas confrontações entre a conjuntura do trabalho social e a totalidade da capitalização mundial (Mészáros, 2002).

2.4. Trabalho no meio rural contemporâneo: como a relação se dá no mundo rural, do agronegócio e agricultura familiar.

As compreensões desenvolvidas na sociedade, quando se trata da dinamicidade do labor no âmbito rural hodierno, evidencia a letargia das classes, Abramovay (2000, p. 26) enfatiza que “A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é e será cada vez mais um valor para as sociedades contemporâneas.”. Todavia, as concepções geradas sobre tal assunto em grande parte restringem-se em torno do produto final (lucros).

Desse modo, a depreciação referente ao trabalho inicialmente elaborado, desde a maneira de apropriação do espaço agrário à dinâmica da produção (sistemas e classificações rurais e as relações trabalhistas, as quais permeiam fases, consecutivamente transformações, ora positivas, ora negativas) provém de uma realidade depreciativa, na qual herda as próprias omissões de uma sociedade passada.

Logo, para abranger a heterogeneidade da agricultura e dos preceitos produtivos agropecuários do Brasil, é imprescindível perpetrar um retorno histórico. Saviane (2007) relata que o surgimento da agricultura no período neolítico possibilitou aos seres humanos uma nova forma de subsistência, gerando distintas transformações no âmbito social ao longo dos séculos, garantindo praticidade no sustento familiar. Origem para a ascensão do principal recurso produtivo; a terra, transformando ao longo dos séculos, seu sentido e significado à extensão da organização e ampliação das formas de manejo e cultivo agrícolas.

No entanto, é a partir da revolução industrial do século XVIII, que a agricultura inicia um processo de aperfeiçoamento de suas técnicas; marco para o crescimento produtivo. Logo, a agricultura é a atividade básica para grande parte da população mundial, a qual urge da própria como sustento. Schneider (2008) descreve que atualmente esse espaço abastece centros urbanos, servindo de mercado consumidor e totalmente dependente das condições socioeconômicas (desenvolvimento tecnológico, relações trabalhistas, estrutura fundiária, capitalização) para organização do sistema produtor, mas também as condições ambientais (solo, água, topografia, clima).

Nessa perspectiva, Abramovay (2000) discorre que os sistemas agrícolas (modos de produção do agronegócio) são classificados de acordo com a capitalização e a produtividade.

O sistema Intensivo: técnicas modernas e avançadas que propicia a utilização da terra por um tempo considerável, dispondo de um grupo mitigado de produtores capacitados, para garantir elevadas produções, o qual oferece oportunidades trabalhistas especializadas para o aumento de suas atividades. Ao mesmo tempo, o sistema Extensivo: aliada a técnicas rudimentares, ou seja, a agricultura tradicional, cuja é composta pela maioria dos produtores com renda mínima, os quais são impelidos mediante um espaço concorrencial que é instigado firmemente nas categorias ativas.

A priori, Abramovay (2000) enfatiza que o sistema agrário possui majoritariamente três categorias: a agricultura itinerante de subsistência e roça, caracterizada por técnicas tradicionais e rudimentares, destinada à subsistência predominante nas pequenas e médias propriedades; agricultura descapitalizada. Ademais, a agricultura de jardinagem: modo de produção voltada para o mercado interno, com a mão de obra familiar e alta produtividade (sementes selecionadas e fertilizadas). Mas também, os cinturões verdes, os quais reduzem o fluxo laboral para as cidades, e valorizam a especulação fundiária atendendo o consumo urbano, por meio da utilização de técnicas modernas.

Outra questão a ser discutida, são as transições do preceito produtivo agrário no Brasil, descreve-se, como, a primeira etapa, estruturada ao longo do “breve século XX”, a qual enfatizou a diversificação econômica, que foi construída à base da ocupação desigual do território, bem como da modernização conservadora realizada pelo capitalismo. Posteriormente a essa, com o término da Segunda Guerra Mundial, empresas multinacionais ganharam espaços, a mesma prática incidiu por uma transformação no alicerce econômico, porquanto além de importar os produtos patrocinados pelo Estado começou, também, a produzi-los. (GRAZIANO 1999).

Antes da década de 1980, a terra era considerada a mais relevante formadora e assimiladora de riqueza no âmbito rural, infringindo-a âmagos a sua apropriação. Dessa maneira, os mecanismos de apossamento das demarcações determinaram o espaço agrário, por meio de ações unificadas, principalmente patrimoniais, fundamentadas na terra e na utilização do trabalho inferiorizada, e a produção analisada de forma irrelevante no processo.

Contudo, é a partir de 1990 que o meio rural emerge numa intensa transformação, Graziano (1999) enfatiza que, nesse período inicia-se um processo produtivo, agora sob o domínio estatal, o qual incidirá expressivamente o conceito de diversificação na forma teórica e prática, concernente à agricultura e ao meio rural em todos seus aspectos. Denominam-se tais conceitos como “modernização da agricultura”, a exemplo, o manejo do solo até então

considerado atrasado, passa a ser substituído pelo processo moderno, atrelada às distintas possibilidades oferecidas pela tecnologia.

Haja vista, destacam-se as empresas agrícolas ou complexos agroindustriais, visto que se caracterizam pela mecanização da agricultura, evidenciando a utilização de produtos químicos, com um alto grau de capitalização e produtividade. Atualmente, funciona como sistemas empresariais predominantes. Ao aderir uma política protecionista e de subsídios agrícolas, estimulam a mão de obra assalariada e qualificada com a produção voltada para o mercado interno, bem como externo. Para tanto é indubitável a concentração de terras; médias e grandes propriedades, origem de uma cadeia produtiva.

Nesse viés, é perceptível que vários são os propulsores que contribuem para a concentração de terras, todavia é importante enfatizar a dinâmica social, ressaltando-se a insuficiente condição de alguns produtores, porquanto que não possuem possibilidades de aderirem técnicas desenvolvidas, pois muitos se encontram endividados, devido aos empréstimos bancários, tendo como única forma de pagamento da dívida, a venda da propriedade.

A dinamização da densidade demográfica; urbanização, trabalhadores rurais ausentes de condições financeiras voltadas à produção, mas também à invisibilidade diante o conjunto (donos da produção e trabalhadores assalariados, os quais o capitalismo prioriza, devido obterem a eficiência e a eficácia que atende a demanda consumidora), mudam-se para a cidade - êxodo rural - o qual Wanderley (1995, p. 38) descreve “a agricultura familiar ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira, tornando-se um “setor bloqueado”, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção.”.

Por outro lado, há também o desenvolvimento de grandes empresas baseadas em uma nova forma de trabalhar no campo, as quais promovem o incentivo de pequenos e médios produtores, a fim de diminuir o custeamento dos produtos e mão de obra, relacionadas à carga tributária. Logo, ao inserir um novo padrão no crescimento produtivo agrícola, destaca-se o capitalismo, cujo é responsável por disseminar investimentos, os quais geram dependência tecnológica.

Nesse marco de modernização técnico-científica do campo, surge o movimento “revolução verde” na década de 1950, nos EUA junto à ONU (Organização das Nações Unidas) que em seguida será disseminada em outros países, dos quais, o Brasil. Com o objetivo de eliminar a fome nos países subdesenvolvidos, faz-se uso da seguinte lógica – aumento da produtividade agrícola com a introdução de fertilizantes, inseticidas, sementes

selecionadas e máquinas agrícolas, com o intuito de “diminuir a fome” –. Entretanto, provocou distintos impactos no meio ambiente.

Para atingir os resultados previstos, a própria revolução desenvolveu tecnologias que ampliaram a eficiência produtiva. Todavia, vários problemas sociais perduraram, a exemplo da necessidade alimentícia da população mundial, mas também os danos ambientais causados pela contaminação dos alimentos, solos e rios, advindos do manuseio incorreto dos agrotóxicos e fertilizantes, (ALMEIDA, 1999).

Ademais, a ampliação do sistema de valorização e amplificador de riqueza com o capitalismo do campo, as relações de trabalho tradicionais perdem gradativamente o espaço, nas palavras de Graziano (1999, p. 23) fica claro que o “agronegócio dá prioridade às monoculturas em grande escala, por meio da expulsão do homem do campo com a mecanização, do uso de agrotóxicos sem responsabilidade e da agressão ao ambiente.” Implicação essa que em grande parte contribui com a evasão demográfica nas regiões rurais.

Dessa forma, compreende-se que os “meios e os modos”, responsáveis pelo gerenciamento de produção, produzem concepções de como os indivíduos afadigam-se com as distintas contrariedades e condições exigidas nas conjunturas que estão inseridos, uma vez que “[...] a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira.” (WANDERLEY, 2001, p. 36). Reproduzem, dessa maneira, a heterogeneidade analisada sob as formas de coordenação e edificação de estruturas, as quais permitem a repartição dos recursos gerados e a dependência do entendimento do processo socioeconômico, responsável pela criação da diversidade dos meios vitais: a diversificação.

Todavia, as particularidades que adquirem as formas familiares de produção na agricultura contemporânea não são inventos de opções individuais, mas implicações dos constrangimentos atribuídos pela conjuntura socioeconômica e política em que os produtores estão inseridos. Dessa forma, segundo Abramovay (1992, p. 23) relata-se que “a própria racionalidade da organização familiar não depende [...] da família em si mesma, mas, ao contrário, da capacidade que esta tem de se adaptar e montar um comportamento adequado ao meio social e econômico em que se desenvolve.” Percebe-se que existe uma conformidade em tal ideia, o qual Neves discorre:

Esta condição imprime especificidades à forma de gestão do estabelecimento: referencia racionalidades sociais compatíveis com o atendimento de múltiplos objetivos socioeconômicos; interfere na criação de padrões de sociabilidade entre famílias de produtores; e constrange os modos de inserção, tanto no mercado produtor como no consumidor. (NEVES, 2007, p. 47)

De acordo com o autor, é evidente que durante o processo desenvolvimentista consignado, há distintas particularidades, as quais intervêm diretamente de forma a estandardizar as relações socioeconômicas dos produtores, concernentes às maneiras de integração as produções nos sistemas comerciais e massificação das massas. Assim, a concretude das desigualdades, também, advindas da ausência dos aparatos tecnológicos (modernização da agricultura), torna-se manifesto e, conseqüentemente, estigmatiza tal iniquidade.

Novamente, é nesse viés que a busca constante pela dignidade tornará evidente o enfrentamento comum para apoiar os alicerces da disponibilidade de auxílios oferecidos a uma parcela de agricultores. A percepção notável da aptidão destes, referente às buscas por conquistas e tornarem-se livres do poder externo é depreciada, uma vez que a agricultura familiar menos favorecida com os mecanismos modernos e responsáveis pelo desenvolvimento de uma produção ágil, não possuem artifícios que mantenham seus direitos assegurados, sob a vista do capitalismo manipulador.

Igualmente, o desejo constante dos agricultores “inferiorizados” de conquista ao livre-arbítrio e a autonomia, através dos artifícios de convertimento dos recursos, de acordo com (SCHNEIDER, 1999) primeiramente, realiza-se necessário à elaboração de um sistema produtivo diversificado, mas também a diminuição do custeamento e a necessidade dependente de insumos, fora do contexto imerso. Além de outros elementos fundamentais no processo de desenvolvimento rural assinalado por Veiga (2001), retrata o respeito à valorização e fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, sobretudo através do estímulo aos setores de serviços.

Somente a partir da década de 90 as famílias que vivem no campo e mantêm-se do que produzem, passa a ser reconhecida por uma nova categoria denominada “agricultura familiar”, a mesma veio contrapor outros termos utilizados para representar tal categoria, diante de tantas lutas por reconhecimento de uma identidade social. A então denominada agricultura familiar, ganha visibilidade, por meio das conquistas de movimentos sociais do campo. Nessa perspectiva Neves (2007, p. 2) define tal movimento como, “um processo político de construção da categoria sócio profissional agricultor familiar e dos respectivos quadros institucionais [...] marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associado ao termo agricultura familiar”.

A fim de legitimar tais conquistas, o Estado brasileiro consagrou e legitimou essa nova identidade social com a elaboração de políticas públicas designadamente voltadas a esse

segmento de produtores agrícolas. Nesse sentido, destacam-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), constituído em 1996, e a criação de um aparato institucional devotada a esse segmento – a Secretaria da Agricultura Familiar, subordinada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. (NEVES, 2007).

Destarte, embora as famílias que vivem no campo tenham conquistado visibilidade nas últimas décadas, é importante ter o entendimento que, muito ainda precisa ser realizado para assegurar tais conquistas e a permanência no meio rural. A agricultura familiar tem papel fundamental, tanto para a produção de alimentos, quanto para a manutenção do ecossistema onde está inserida, evidenciando, assim, a relevância que a categoria tem no desenvolvimento em escala mundial, frisando, nesse contexto, a escala nacional.

3. FAMÍLIA, INFÂNCIA E TRABALHO NO MEIO RURAL

3.1. Família como instituição social

De acordo com a Constituição Federal, promulgada em 1988, art. 226, da Ordem Social, da família “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Portanto, é evidente a fundamentalidade da instituição familiar na construção dos indivíduos, haja vista, responsabiliza-se pela assimilação de hábitos básicos de determinados grupos, de ascendência excepcional ou não, a família imprime para as próximas gerações uma denominação, uma tradição, um modo de vida moral, ético e religioso (BOURDIEU, 1999), cujos garantem a organização social. É por meio dessa que o indivíduo é inserido e adequado aos grupos sociais.

Difunde-se, a partir do sociólogo clássico Émile Durkheim (1947), o conceito de toda instituição social ser de grande relevância para assegurar a manutenção da ordem social. Com base em seu pensamento, a família atua como interventora no processo de socialização dos indivíduos, visto que a própria é a primeira instituição igualitária com a qual o ser possui relação. Logo, com base na afetividade são formadoras e educativas, concretizando a harmonia comunitária.

De acordo com a história, é plausível ponderar, primeiramente, a família medieval, a partir de ARIÈS (1978). Conforme ele, essa família era voltada para princípios morais e sociais; não possuidora de uma função afetiva. Com o passar do tempo, surgiram novos padrões de família e distinções expressivas dentre o modelo de família aristocrática e camponesa. Para o autor, a família se ampliou à medida que a sociedade comprimiu-se, junto

a essa ampliação surgiram referências aos sentimentos como, intimidade, sensatez e isolamento. Posteriormente a esse período, surgiu a denominada família nuclear moderna, com função mais afetiva, na qual a saúde e educação adquiriu maior valor nesse novo período familiar.

Gomes (2007, p. 1) assegura que “a família como é tradicionalmente vista ainda é decorrente significativamente do que foi determinado à época da antiguidade”. Logo, ao desenvolver saberes culturais, o direito passa a ser influenciado pela afetividade, mas também pelas relações humanizantes na sociedade. Desse modo, antecede o Estado e sobrepõe-se ao Direito, exigindo, portanto, maior deferência estatal.

O conceito de família contemporânea amplia-se seguindo o panorama do encargo de anteparo social, a qual deve garantir a seguridade de sobrevivência, laços e adesão familiar. Nesse viés, as condições essenciais de proteção coletiva baseiam-se nos vínculos solidários, trata-se de um ambiente de construção de princípios, ciência e conversão de saberes. “Durante o século XX, a família tornou-se um espaço no qual os indivíduos acreditam proteger sua individualidade (valorizada enquanto tal) e ‘um órgão secundário do Estado’ que controla, apoia e regula as relações dos membros da família”. (SINGLY, 2007, p. 29).

De acordo com Venosa (2005), a composição familiar, vista como a principal e primeira instituição do corpo social está composta pela junção de duas pessoas para criar e responsabilizar-se pela socialização da criança, a fim de desenvolver o senso de familiaridade, e obter a humanização, uma vez que a criança compreende, por meio da convivência familiar, o conhecimento linguístico, sendo esse outro fator que assegura a permanência do equilíbrio na sociedade.

Concomitante a isso, o patriarcalismo cedeu lugar para outras formas heterogêneas de organização familiar na sociedade. Conforme MELLO (1995) classifica-se em três: a família nuclear própria; a família composta por várias famílias nucleares que, por questões de sobrevivência, habitam juntas e a família que inclui parentes de parentes e compadres sem laços consanguíneos.

Logo, é possível afirmar que a família é uma instituição social que se modifica conforme as circunstâncias socioculturais. Sua história atual revela-se com uma capacidade de adequação e uma constante resistência concernente às transformações de cada período, contribuindo grandiosamente para definir novos conteúdos e sentido culturais (SARACENO, 1988). É a unidade comunitária da essência humana, atua como principal formadora do primeiro reconhecimento social e excepcional na constituinte subjetiva. Tal produção subjetiva ergue-se no meio social, através das apreciações histórico-culturais, característico de

um determinado contexto ideário da família. Portanto, a família é um ambiente de intermédio entre as pessoas e a coletividade, ensinando-as a apreender e a viver em coletividade.

3.2. Família camponesa como unidade social e produtiva

No Brasil, a concentração de terras, predominante em toda a sua História, estabeleceu-se quanto ao padrão socialmente reconhecido. Constituindo, desse modo, estímulo social proclamado na política agrícola, que buscou atualizar e garantir sua reprodução. Nesta conjuntura, a agricultura familiar, continuamente, ocupou uma posição subsidiária e subalterna na sociedade brasileira.

Quando conferido ao campesinato de distintos lugares, constituiu de acordo com a história um âmbito "impedido", incapaz de alargar suas potencialidades enquanto configuração social específica de produção (WANDERLEY, 1995). Logo, a história do campesinato no Brasil pode ser entendida como apontamento das batalhas para obter um espaço oportuno na economia e na sociedade. Entretanto, tais questões enfrentadas pelos camponeses acabam por fortalecê-los, visto que:

Ao lutar pela terra desenvolvem resistência para continuar existindo num modo de produção adverso que não permite a sua existência. O seu projeto é continuar existindo enquanto camponês, mas existindo fora dos limites da subordinação que estão submetidos na produção capitalista. (FABRINE, 2002, p. 259).

Pensar no campesinato, bem como nos camponeses, hoje, é uma tarefa que se estabelece em meio ao olhar para as modificações que o campo brasileiro sofreu, e ainda sofre, ao longo dos séculos. Para Martins “[...] a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade” (1995, p. 22).

Estudos apontam que até meados da década de 1960, grande parte das pesquisas realizadas acerca do campesinato, realizados no Brasil, era voltada para o aspecto econômico, apartando-se da questão social, uma vez que, o trabalho realizado pelas famílias camponesas era sinônimo de manutenção do capitalismo. Elucida, porquanto, Mauro Almeida, que até a década de 70 o campesinato era entendido como “um elemento funcional para o processo de acumulação capitalista”.

Somente a partir do final do século XX, a família camponesa começou a possuir maior relevância para os estudiosos. Enfatiza-se, como um dos principais percussores sobre o assunto, Teodor Shenin, o qual influenciou outros autores a aprofundar estudos sobre a família camponesa e suas práticas conservadoras, bem como suas relações sociais e

econômicas. Nesse viés, o autor descreve que “o camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto interna quanto externa, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo”. (SHANIN, 2005, p. 05)

Embora não exista um padrão do que seja o campesinato, pode se entender que a flexibilidade é uma estrutura de reprodução importante, a economia doméstica e ou trabalho familiar é uma particularidade essencial para definir o campesinato, categoria esta fundamental para essa compreensão. Brandão (1999, p. 37) enfatiza que “[...] são unidades familiares onde todos os integrantes em idade e com condições de fazê-lo exercem algum tipo de trabalho”. Pois, é o trabalho familiar que determina o jeito de viver camponês, ou seja, o trabalho representa o que eles fazem.

Difunde-se, portanto, que o grupo familiar camponês constrói sua existência sempre buscando a preservação do seu modo de vida e a satisfação material de seus membros. Nesse processo, interage criativamente com as condições sociais e econômicas do seu tempo, fato que lhe garante uma imensa capacidade de adaptação às situações de crise que ameaçam a sua sobrevivência sociocultural. Dessa forma, segundo Shanin, “os camponeses não se dissolvem [...] e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas”. (SHANIN, 2005, p. 09).

Desse modo, destacamos que a caracterização camponesa está na composição da classe quanto externo ao caráter capitalista de produzir, visto que “[...] são ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, acrescido do fato de que a organização do campesinato se funda numa relação não capitalista”. (ALMEIDA, 2003, p. 82). Logo, entende-se que a partir deste modelo, distinto do capitalismo agrário, a unidade doméstica por meio do trabalho familiar, consegue suprir todas as necessidades para sua subsistência, de forma que a família acaba por desenvolver diferentes meios de trabalho de acordo com a idade e as necessidades de consumo ao longo da vida, uma vez que:

Os camponeses, de forma geral, vivem uma situação de autonomia em relação à forma organizacional de diferentes sociedades, expressa, sobretudo, na capacidade para suprir suas necessidades alimentares, o que tem despertado histórica incompreensão e intolerância, particularmente dos Estados capitalistas e das recentes experiências socialistas. (ALMEIDA 2006, p.354).

A família é percebida quanto à valorização do estilo de vida campesino, um modelo de vida em que na maioria das deliberações adotadas são norteadas pelas necessidades familiares, fazendo com que a família permaneça unida em todas as fases do processo de

aquisição da terra. Essa maneira de vida é compreendida nos afazeres do dia-a-dia, como já enfatizado, na forma de trabalhar a terra, na divisão deste trabalho. Percebe-se, portanto, que neste cotidiano, como ressalva Almeida “[...] o lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho cotidiano”. (2003, p. 272), e é neste cotidiano que se constituem os valores e a forma de conservar a unidade familiar.

Nesta perspectiva, é fundamental ter o entendimento que a família camponesa possui grande influencia na formação de seus sucessores não só ao nível dos valores, mas também ao nível profissional, uma vez que a unidade produtiva familiar é responsável pela formação de sua própria força de trabalho. Cruz (2010, p. 74) descreve que “a forma e o conteúdo da educação familiar camponesa são materializados a partir da articulação de variáveis diversas que dizem respeito a sua estrutura e as relações sociais estabelecidas, a relação com a terra e o trabalho agrícola, condições econômicas”.

Enfatiza-se, portanto que a família camponesa como unidade social e produtiva, estabelece uma classe que se edifica no fazer-se da luta pela conservação de seus valores, de sua concepção social e cultural, em obstinações a outros valores, ideais e modo de vida. Assim, dimensionam seus aprendizados em permanência de suas tradições.

3.3. A criança como sujeito social pleno e de direito

Nas últimas décadas, muitos debates acerca do tema infância, no que concernem suas especificidades, foram enfatizadas na então denominada “Sociologia da Infância”, proposta por alguns autores contemporâneos, os quais denominam as crianças como atores sociais que produzem cultura e que possuem um papel ativo na sua própria socialização, bem como de seus pares.

No entanto, é necessário frisar que em muitos períodos ao longo dos séculos, as crianças não foram vistas como sujeito social e de direito, Sarmiento (2005, p. 365), escreve que “A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade”. De tal modo, essa fase da vida, denominado infância, obtém historicamente distintas concepções ao permear cada período.

Incontestavelmente, Philippe Ariès (2012), retrata que em grande parte da Idade Média, as crianças eram tratadas como meras criaturas biológicas, sem o reconhecimento de seus direitos e deveres e nem autonomia existencial, assim que as crianças adquiria algum grau de independência, já passava a pertencer ao mundo dos adultos, isto é, era instituída de transitoriedade. Segundo o autor, na Idade Média as crianças não apresentavam distinção dos

adultos quanto à vestimenta, à participação na vida social e no lazer. Elas eram representadas, apenas, “numa escala mais reduzida que os adultos, sem nenhuma diferença de expressão ou de traços.” (ARIÈS, 2012, p. 17).

Depreende-se, portanto, que na sociedade medieval não havia a separação territorial e de atividades em função da idade dos sujeitos; não existia o sentimento de infância ou uma representação instituída nessa fase da vida. A respeito disso, Ariès elucida que, “[...] assim que a criança tinha condição de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes [...]” (2012, p. 18). Ou seja, não havia um mundo das crianças separado do mundo dos adultos. A partir dos sete anos a criança já era considerada capaz de se comportar como um adulto e vivia no meio deles sem qualquer diferenciação no tratamento ou cuidado.

Ainda muito pequenas, as crianças tornavam-se aprendizes dos ofícios de sua família, as quais aprendiam e exerciam o trabalho em oficinas, realizando serviços pesados e não existindo tempo para as crianças estudarem. A casa da família medieval, de acordo com Ariès (2012), era um espaço acessível, no qual proporcionava livre passagem entre os membros da família, criados, vizinhos, amigos, na qual a criança não possuía qualquer afeição exclusiva.

A partir do século XV, (ARIÈS, 2012) delineia que a infância no ceio familiar começou a modificar-se vagarosa e densamente, mas, é entre os séculos XVI e XVII que os primeiros apontamentos referentes ao sentimento são percebíveis, a exemplo do nome “paparicação” acerca da infância. Neste panorama, a criança adotou uma veste característica à idade e passou a ser representada sozinha, demonstrando sua essência. Contudo, destacam-se as crianças das classes socioeconomicamente favorecidas, evidenciando a estratificação social, posteriormente, as desigualdades, mesmo no âmbito infantil.

Entretanto, é a partir do século XVIII, por meio das mudanças geradas pela ampliação do capitalismo – a consolidação da sociedade de classes, o progresso da ciência e a ação dos proletários – que a criança começa a conquistar um espaço social distinto dos adultos e reproduz outra definição à infância. A criança não é mais vista como um adulto, passando a ser compreendida como uma fase própria da vida, com suas particularidades e necessidades, um período a ser vivido por todo ser humano.

Todavia, apesar da infância ter adquirido um novo sentido, passando a ser entendida como uma fase da vida, é importante salientar que ao longo do século XIX, as crianças das classes menos favorecidas não tiveram o mesmo “privilégio”, muito menos deixaram de fazer parte do mundo do trabalho, retratando dessa maneira a dura realidade das famílias da classe operária e as condições adversas em que viviam as crianças trabalhadoras. Problemática esta,

perceptível na fala da autora, a qual enfatiza que havia certa preocupação por parte da sociedade diante a realidade das crianças menos favorecidas naquele período, ou seja:

É esta outra criança, capturada pela fábrica, objeto da violência sistemática do capital, que obriga a sociedade a pensar sobre ela. [...]

É esse debate, que se impõe a toda a sociedade europeia ao longo do século XIX, que torna presente uma preocupação específica com as crianças, fazendo com que essa categoria se consolide no universo discursivo com um conteúdo historicamente dado, vale dizer, com o conteúdo das lutas fabris. (KLEIN, 2012, p. 18).

Logo, é perceptível que apesar das reivindicações que ocorreram em prol da defesa e direito da criança, a mesma não deixou de fazer parte da esfera econômica seja como “produtora ou consumidora”. Nessa perspectiva, Sarmiento (2011) delinea que esse processo se dá como um aspecto nuclear na “reinstucionalização” da infância é a reentrada (ou, pelo menos, a visibilidade de algo que nunca deixou de incidir, no entanto continuava oculto) uma vez que:

As crianças participam na economia pelo lado da produção, especialmente com o incremento do trabalho infantil nos países periféricos e semiperiféricos [...] Mas também entraram pelo lado do *marketing*, com a utilização das crianças na promoção de produtos da moda ou publicidade e ainda pelo lado do consumo, como seguimento específico. (SARMENTO, 2011, p.7).

Entende-se, portanto, que apesar da modernidade ter como característica a exclusão da criança do mundo do trabalho, ainda é perceptível a presença da infância nesse meio. O autor enfatiza, que no começo do século passado, teoricamente as crianças eram retiradas do mundo do trabalho produtivo, mais nunca saíram do mundo econômico, passando de produtora para consumidora, de forma que ela ainda continua no mundo produtivo, entretanto, “inapta ao trabalho” e apta para consumir os produtos que são fabricados especificamente para elas.

Na percepção moderna de infância, permanece o conceito de que as crianças são indivíduos distintos, incapacitados, incompletos, que precisam ser educados e socializados pelos adultos, Sarmiento descreve que “a construção simbólica da infância na modernidade desenvolveu-se em torno de processos de disciplinação da infância.” (Sarmiento, 2005, p. 369).

Por outro lado, Postman (1999) esclarece que apesar da modernidade ter radicalizado as condições em que as crianças estão inseridas, não as emergiu na cultura e tão pouco no mundo dos adultos, uma vez que a infância permaneceu com identidade plural, bem como a autonomia que lhes infere como atores sociais, mantendo-se com características próprias.

Dias (2012) descreve que nas últimas décadas do século XX, surgiu a “Sociologia da Infância” com o intuito de estudar a infância, a mesma ganha destaque tornando-se alvo de disciplina para estudiosos, que almejam compreender melhor seu papel na sociedade. A partir da década de 90, os estudos sobre as crianças, segundo Pinto e Sarmiento (1997), passam a ponderar o elemento social da infância, transpondo as práticas reducionistas até então consideradas.

Desse modo, as crianças deixam de ser vistas como sujeitos indiferentes na sociedade e passam a ser concebida como “atores sociais”. Logo, a infância passa a ser estudada a partir da criança evitando o olhar do adulto, (DIAS, 2012, p. 69) sintetiza que, “dessa maneira, repensando as teorias da socialização, percebemos que a criança passou de um lugar passivo para um lugar ativo; de um grupo silenciado para um grupo presente e contribuinte da sociedade em geral”.

Nessa perspectiva, Corsaro (2002) relata que as crianças não imitam meramente o que aprendem do mundo adulto, mas se apropriam “criativamente da informação do mundo adulto para produzir a sua própria cultura de pares. Tal apropriação é criativa na medida em que tanto expande a cultura de pares [...] como simultaneamente contribui para a reprodução da cultura adulta” (CORSARO, 2002, p. 114).

O mundo da criança é muito diversificado, na qual está inserida numa variedade de situações que contribuirão para a formação da identidade pessoal e social ao longo da vida. Fazem parte dessa diversificação, a família, as relações escolares, comunitárias, todavia as crianças antes de tudo aprendem com as outras crianças estabelecendo assim as “culturas de pares”, (CORSARO, 2002, p. 114) isto é “um conjunto de atividades ou rotinas, artefatos, valores e preocupações que as crianças produzem e partilham na interação com os seus pares”.

Depreende-se, portanto que as crianças estão imersas na sociedade, atuando socialmente nas famílias, nas escolas, nas creches e em outros ambientes, mas também se perpetram no mundo, influenciam e criam significados a partir dele. Neste sentido, (QVORTRUP, 2010, p. 637) defende que a infância faz parte da sociedade, definindo-a como categoria estrutural, visto que “Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças”. Assim, entende-se que a infância não é simplesmente uma fase da vida, mas também uma contribuinte ativa na sociedade.

Esse processo de interação da criança na sociedade, Segundo Sarmiento é descrito como “culturas da infância”, ou seja, é a “capacidade das crianças em construir de forma

sistematizada modos de significação do mundo e de acção intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e acção” (SARMENTO, 2003, p. 3-4). O que faz com que cada criança se insira na sociedade como um ser social pleno e de direito, possuidor de características próprias, de modo que ao mesmo tempo em que aprendem, também transmitem conhecimentos desse período encantador denominado, infância.

3.4. A infância do campo e o trabalho como processo formativo

Com o advento da desigualdade em torno da propriedade privada, resultado da divisão de classes, aqueles submissos ao trabalho, não proprietários, garantiam a própria sobrevivência e daqueles dominadores; proprietários da mão de obra. Essa realidade instaura-se adiante, no âmago da família camponesa, quando relatamos a questão do capitalismo no campo, devido à precarização do labor, ao condicionar as famílias ruralistas a realizarem atividades rigorosamente econômicas, a fim de garantir a manutenção de todos. (CRUZ, 2010).

No que concerne, o trabalho infantil como exploração, desencadeiam-se dúvidas quando relatado o trabalho como formação pedagógica. É fato que, essa exploração realiza-se presente no corpo social, haja vista que ao longo dos séculos, diversas concepções foram desenvolvidas à volta do trabalho exercido por crianças. Contudo, essas duas percepções diferem-se ao relatarem a humanização.

A ruptura laboral torna-se evidente devido à perduração de ideologias, as quais visam somente o valor de troca, desprendendo-se do principal objetivo do trabalho, Engels (2004, p.13) “condição básica e fundamental de toda vida humana [...]”. Assim, é devidamente relatada sua ação fugaz do sentido humanizante para produção econômica.

Nessa perspectiva, a angústia para adaptar os infantis no sistema lucrativo, dissolve na sociedade o conceito de exploração, uma ação, a qual corrompe o indivíduo e conseqüentemente condiciona o próprio a enjeitar seu status de ser social. Ainda assim, tal prática é estigmatizada ao longo do desenvolvimento social, transidindo diferentes contextos e períodos históricos.

(CRUZ, 2010) O trabalho infantil depreciador, não desenvolve na criança o saber social, caracterizado quanto ser educativo e humanizador. Ao contrário, a subordinação e dependência do labor, cujo não garantem o escopo pedagógico, reproduzem a insatisfação e a criticidade social. Travado com essa ideologia ignorante de aproveitamento, em outra linha de estudos, nos mesmos tempos históricos, o trabalho interage com a natureza,

transformando-o em um processo educativo. Elucida-se, portanto, sua classificação ontológica.

No início do desenvolvimento infantil, a formação cognitiva, revela-se imprescindível para que tal indivíduo possuidor de direitos e deveres tornem-se cidadãos sociais e intrínsecos no planejamento da coletividade. Para tal, o trabalho no contexto camponês, influenciado pela família, auxilia de modo que a criança adquira práticas e saberes amplos, responsáveis pela transição das faixas etárias, uma vez que:

O trabalho não é apenas a situação primordial do exercício do ensino da criança camponesa. Ele é tanto o horizonte social e econômico para o qual “se ensina”, quanto o valor simbólico e afetivo da vida camponesa. [...]. Pais e mães entendem invariavelmente que, em termos imediatos, é para e através do trabalho camponês, submetido à fração adulta do grupo doméstico, que todos devem participar do trabalho e aprender com ele. (BRANDÃO, 1999, p. 39).

De acordo com a fala do autor o sistema laboral como advento ontológico, relaciona-se como instrumento lúdico, devido difundir as práticas conteudistas e metódicas para a formação infantil. No meio rural, o trabalho camponês constitui o tempo voltado para o ensino escolar, mas também campestre, ou seja, uma vinculação desenvolvidora dos conhecimentos sejam eles abstratos ou concretos. Esse entendimento é perceptível na fala do autor:

Através de lições diárias, pautadas em experiências concretas, visando solucionar problemas reais, o trabalho vai possibilitando uma formação profissional que se alimenta do saber acumulado no grupo familiar e no círculo social da localidade. Em casa, no quintal ou na roça, o saber não nasce da ociosidade, do desapego com o mundo real, da frieza de fórmulas e conceitos, mas diferentemente, nasce das entranhas da cultura camponesa, da oralidade, do contato direto e intenso com as condições objetivas da existência, da necessidade de superá-las. (CRUZ, 2010, p. 87).

Dessa forma, a socialização primária no campo adere grande relevância no âmbito pedagógico, visto que a própria ensina aos infantis a ética e a moral; valores e comportamentos; trabalho não como exploração, mas como elaboração de conceitos acerca do mundo campestre e ofícios agrícolas. Nessa temática a organização educacional possibilita construir experiências baseadas na realidade, a qual exige profissionalismo e conhecimento referente ao existencialismo concreto, já que:

De modo equivalente, desde cedo um filho homem ajuda os seus pais; primeiro mais próximo ao círculo doméstico feminino; depois, nos serviços

de trabalho, como o levar a comida ao pai e aos irmãos mais velhos “na roça”; depois, ainda, no próprio trabalho. Da mesma maneira como acontece com as filhas, mesmo quando a “ajuda” de um filho não é necessária ao andamento do trabalho dos homens adultos da família, ele é convocado a participar, porque assim como se reconhece que o principal sujeito socializador de um filho é o seu pai, assim também se reconhece que não há, em hipótese alguma, situação mais adequada para essa aprendizagem essencial realizada como um *ensino*, mas fora do *estudo*, do que a do trabalho, que ao mesmo tempo inculca saberes de ofícios e os do *habitus* do *ethos* camponês; que vai desde a sagaz esperteza nos negócios da produção até uma generosa honestidade que deve reger as relações entre produtores considerados como próximos e iguais. (BRANDÃO, 1999, p. 39, grifo do autor).

Percebe-se, pois, que o ofício camponês não almeja somente a mercadoria, de maneira que a formação educativa é desenvolvida no meio laboral campestre desde cedo. Nessa realização, os responsáveis reconhecem a importância educacional concreta, desafiando-os a lidar com problemas recorrentes e solucioná-los de forma eficaz, bem como transmitir à sua geração conhecimentos e ocupações camponesas. Dessa maneira, o indivíduo é socializado ativamente, garantindo a concretude virtuosa e honesta no corpo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa realidade social, o trabalho abrange um conhecimento significativo por parte das pessoas. Contudo, a percepção referente a esse tema, ainda não possui uma abrangência nos mais diversos espaços quando debatida em sua dupla vertente. O conhecimento reduzido sobre o sistema laboral advém da consciência que relaciona o próprio com a força produtiva.

É por meio dessa consciência, que o presente estudo esclarece a possibilidade do trabalho educar, destrinchando a única ideia de produção; imposta pelo capitalismo, visto que esse regime político está atrelado e profundamente intrínseco na sociedade, a qual mantém-se estigmatizada por esse processo. É nessa corporatividade corrompida há séculos, que o trabalho dominante ganhou força e espaço, donde a classe burguesa detinha o poder sob os subjugados e permanece até os dias atuais.

No que concerne, ao trabalho ontológico caracteriza-se como necessidade de sobrevivência, mas também libertação. Ao buscar sobre a historicidade do próprio, descobri que o trabalho ontológico possui caráter educativo e mais uma vez, diferente do senso comum nos apresenta, o trabalho na infância relata-nos duas vertentes, o labor como exploração, mais também como formador assimilando a relevância da socialização.

O TCC apoiou-se no trabalho infantil aliado à família camponesa, demonstrando a trajetória da criança em diferentes contextos e períodos até atualmente, destacando a influencia da família, comunidade e a proteção social como principais agentes na conquista de uma identidade infantil e amparo dos próprios.

Mesmo com a evolução do corpo social, é pouca a sapiência acerca do trabalho camponês na infância, para tal essa pesquisa visa, também, abrir espaço para o sistema laboral ontológico desenvolvido no campo. Esse tema retrata a partilha de conhecimentos entre as famílias durante a realização das atividades, princípio este, educador. Com essa consciência, assume a relevância e atribuição de formar os indivíduos. Esse processo é característico da produção de culturas e conhecimentos tradicionais herdados, e através desse ofício, torna-se possível a socialização dos próprios.

Os resultados do estudo teórico, explica, portanto, que o trabalho urge uma análise em seu contexto (como está sendo realizado e qual objetivo de tal exercício), porque a dubiedade do labor implica finalidades diferentes, haja vista, o trabalho é de fato possuidor de características humanizadora. Precisa-se, somente saber como o desenvolver, para que dessa forma, seja possível quebrar o paradigma existente – o trabalho deteriora as classes.

Em minha concepção, a família seja ela camponesa ou não, deve estabelecer em seu âmbito particular a socialização primária, de maneira a ajudar a criança ou mesmo prepara-la

para enfrentar dignamente a realidade social, na qual será inserida. Assim, o país brasileiro poderá usufruir do trabalho de forma correta. Então, por que não lançar mão usual do trabalho educativo, também fora do contexto campestre?

REFERENCIAL TEÓRICO.

ADAM S. Pai do liberalismo econômico, **Revista brasileira de estudos políticos**, Universidade Federal de Minas Gerais, 1978, Edições 46-46. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=2fgqAQAAIAAJ&q%C3%B4mico&dq>. Acesso em: 15 de mar. de 2020.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro, Forense, 1995.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

ALMEIDA, R. A. de. (Re) **criação do campesinato, identidade e distinção**: a luta pela terra e o *habitus* de classe. São Paulo: UNESP, 2006.

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, Distinção e Territorialização**: O processo de (Re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. 391 f. Tese (Doutorado em Geografia), Unesp, Presidente Prudente.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo** (texto para discussão n° 702). Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2000/Funcoes_e_medi_da.pdf. Acesso em: 05 de abr. de 2020.

ABRAMOVAY, R. **Relatório Institucional da Secretaria da Agricultura Familiar**. Brasília: PNUD, Projeto BRA-98/012, junho/2002, Relatório de Pesquisa.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. In: NOGUEIRA; CATANI (Orgs.) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL, [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Força de trabalho**. In: *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 3. ed. Rio de Janeiro, 1987.

BRANDÃO, C. R. **O trabalho de saber**: cultura camponesa e escola rural. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CORSARO, William A. **A reprodução interpretativa no brincar ao faz de conta das crianças**. Educação, Sociedade & Culturas, n. 17, p. 113-134, 2002.

CRUZ, C. R. F. **Trabalho e Educação no meio rural da Amazônia: A família e a escola como agentes formadores**. Tese de Doutorado, Sociologia da Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, 2010.

DIAS, S. da C. A emergência da sociologia da infância: **rupturas conceituais no campo da sociologia e os paradoxos da infância na contemporaneidade**. Veras, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 63-80, 2012.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na Transformação do macaco em homem**. In: Ricardo Antunes (Org) A dialética do trabalho: escritos de Mrx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

DURKHEIM, É. **La education moral**, Buenos Aires: Ed. Losada, 1947.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro- Oeste/ PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Unesp, Presidente Prudente.

FRIGOTTO, G. (1999). **Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional**. Boletim Técnico do SENAC – Volume 25 – Número 2 – Maio/Agosto. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/252/boltec252c.htm>. Acesso em: 15 de Mar. de 2020.

FISCHER, E. **O que Marx realmente disse**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, SP, v.35, n.3 , p.20-29, maio/jun. 1995.

GÓMEZ, J. A., FREITAS, Orlando M. P. de & CALLEJAS, Germán V. (2007). **Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade**. Porto: Profedições.

GOMES, R. dos S. **Evolução do Direito de Família e a mudança de paradigma das entidades familiares**. 2007. Disponível em: <http://www.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1006>>. Acesso em: 03 ago. 2020.

GRAZIANO, S. J. **O novo rural brasileiro**. 2ªed. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1999.

GRAMSCI, A. “**Americanismo e Fordismo**”, in Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KLEIN, L. R. Cadê a criança do Ariès que estava aqui? A fábrica comeu... In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 9, João Pessoa, 2012. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012. ISBN 978-85-7745-551-5. Acesso em 07 de mai. de 2020.

LESSA, S. **Trabalho e proletariado no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, S. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. Rio de Janeiro, Boitempo, 2002.

LESSA, S. e TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKACS, G. **Para uma ontologia do ser social** v. II. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

MELLO, S. L. **A família: perspectiva teórica e observação Actual**. In: CARVALHO, M.C.B. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZÁROS, I. (2002), **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo. OIT (2009), *Panorama laboral para a América Latina e Caribe – 2008*. Brasília: OIT/Brasil.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados, São Paulo, USP, Vol. 16, nº 44, 2001.

NEVES, D. P. **Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!** In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (org.) *Geografia Agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho-** 1º. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PINTO, M. & SARMENTO, M. J. (Org.). *As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando campos*. In: **As crianças: contexto e identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução Suzana Menescal. Graphia Editorial, São Paulo: 1999.

QVORTRUP, J. **A infância enquanto categoria estrutural**. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-643, maio/ago., 2010.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª Modernidade**. Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2011.

<http://peadrecuperacao.pbworks.com/w/file/104617678/Texto%20Aula%2011%20-%20Sarmiento.pdf>. Acesso em: 05 de mai. de 2020.

SARMENTO, M. J. **Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 361-378, maio/ago., 2005.

SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**. Cadernos de Educação, Pelotas, v. 12, n. 21, p. 51-59, 2003. Disponível em: <http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_infancia/Cultura%20na%20Infancia.pdf>. Acesso em: 07 de mai. de 2020.

SARACENO, C. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1988.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 2. ed. São Paulo: Cortez e Autores Associados, 1991.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 Janeiro/Abril, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 12 de fev. de 2020.

SHANIN, T. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Revista NERA - Presidente Prudente. Ano 8, nº. 07. Julho/Dez de 2005.

SINGLY, F. De. **Sociologia da família contemporânea** (C. E. Peixoto, Trad.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e pluriatividade**. Porto Alegre: PPGS/UFRGS 1999b. Tese de Doutorado.

SCHNEIDER, S. **A economia política dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: www.sober.org.br/. Acesso em: 24 de mar de 2020.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento rural: o Brasil precisa de um projeto**. Texto para CONTAG, p. 55, 1998.

VENOSA, S. S. **Direito Civil- direito de família**. São Paulo: Atlas, 2005, v.5.

WANDERLEY, M. de N. B. **Raízes históricas do campesinato Brasileiro**. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. TEDESCO, J. Carlos (Org). 3 ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. **A agricultura familiar no Brasil: um espaço em Construção Reforma Agrária**, Campinas, n.2 e 3, v.25, maio/dez. 1995.